

AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA :O CASO DE TIMON-MA

MENESES, Marlúcia Lima deSousa¹

Grupo de Trabalho (GT): GT 3 – Políticas Públicas e Gestão da Educação

RESUMO

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), são avaliações externas aplicadas no Brasil para aferir o desempenho dos estudantes por meio de testes padronizados. Seus resultados subsidiam políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade educacional. O município de Timon (MA) tem se destacado nos resultados do IDEB. O presente estudo tem como **objetivo** identificar as principais estratégias implementadas em Timon que contribuíram para seu desempenho elevado. Apresenta-se uma síntese histórica do PISA e do IDEB, destacando suas inter-relações estatístico-metodológicas e políticas, bem como suas implicações para a política educacional brasileira e as práticas adotadas em Timon. A **metodologia** adotada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, estruturada em cinco etapas: (1) histórico do PISA e do IDEB; (2) descrição de suas naturezas, propósitos e formas de avaliação e monitoramento entre 2007 e 2023; (3) análise dos resultados obtidos por Timon; (4) descrição das estratégias implementadas no município; e (5) identificação dos principais responsáveis pelo desempenho de Timon no IDEB de 2023. Os **resultados** indicam que as avaliações externas orientaram a formulação de políticas públicas eficazes que favoreceram a melhoria da qualidade da educação em Timon

Palavras-chave: desempenho educacional. políticas públicas. IDEB. PISA.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as estratégias implementadas em Timon (MA) que resultaram em seu expressivo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), alcançando a melhor média do estado em 2023. As avaliações em larga escala, como o IDEB e o Programme for International Student Assessment (PISA), consolidaram-se como instrumentos centrais para medir a qualidade da educação, orientar políticas públicas e subsidiar a tomada de decisões pedagógicas. Influenciadas pela lógica da Nova Gestão Pública (NGP), essas avaliações introduziram práticas gerenciais no setor educacional, com foco em metas, indicadores e resultados mensuráveis (OLIVEIRA, 2015).

Nesse contexto, a trajetória de Timon entre 2007 e 2023 constitui objeto privilegiado de análise, permitindo compreender os fatores que explicam seu avanço no IDEB. O estudo organiza-se em cinco etapas: (1) contextualização histórica do PISA e do IDEB; (2) análise de suas metodologias e finalidades; (3) exame do desempenho de Timon; (4) descrição das estratégias educacionais adotadas; e (5) identificação dos agentes responsáveis pelos avanços na rede municipal.

¹ Instituição: Universidade Católica de Brasília. E-mail.marluciedf@gmail.com

OBJETIVOS

- Identificar as principais estratégias educacionais implementadas pelo município de Timon (MA) que contribuíram para o seu desempenho de destaque no IDEB de 2023.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PISA E IDEB: CONSTRUÇÃO, METODOLOGIA E IMPACTOS NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

O Programme for International Student Assessment (PISA), criado em 1997 pela OCDE, consolidou-se como avaliação internacional aplicada a cada três anos a estudantes de 15 anos, com foco na mensuração de competências essenciais à vida em sociedade e ao mercado de trabalho global. Sua proposta de independência em relação aos currículos nacionais busca contemplar diferentes realidades educacionais, privilegiando habilidades aplicáveis a múltiplos contextos. No entanto, o exame recebe críticas quanto a seus fundamentos metodológicos e à lógica competitiva que sustenta, baseada em parâmetros de desempenho e empregabilidade, em detrimento de valores como solidariedade e cidadania (BRANCKART; ASSIS, 2018; TEODORO, 2022).

No Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi instituído em 2007 pelo INEP como o principal indicador da qualidade da educação básica. Calculado a partir do rendimento escolar e do desempenho em exames padronizados, tornou-se referência para gestores e pesquisadores, além de servir ao monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação. Embora tenha papel estratégico na formulação de políticas e na redução das desigualdades educacionais, o IDEB também apresenta limitações, como fragilidades estatísticas e riscos de induzir práticas pedagógicas voltadas apenas ao alcance de melhores resultados nos testes (HYPOLITO; JORGE, 2020; TRAVITZKI, 2020).

Apesar de experiências exitosas em alguns estados, os resultados nacionais revelam desigualdades persistentes, sobretudo no Ensino Médio, que permanece um dos maiores desafios para a efetiva democratização da qualidade educacional no país (DEMO; SILVA; MINAYO, 2021).

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICO

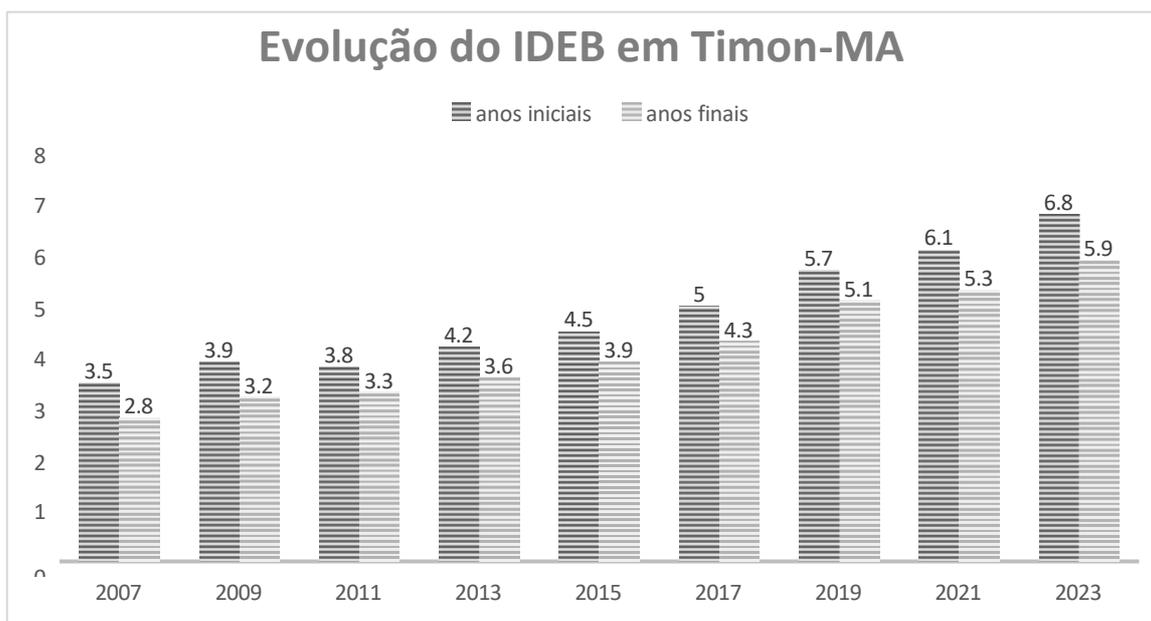
A opção metodológica pela abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade

do objeto de estudo, que exige a compreensão das relações entre sistemas de avaliação externa e políticas educacionais, bem como a identificação das estratégias responsáveis pelo desempenho destacado do Maranhão, em especial do município de Timon. Assim, a investigação busca interpretar os dados à luz de referenciais teóricos, articulando evidências empíricas e análise crítica

RESULTADOS

Os resultados mais recentes do INEP evidenciam a melhoria progressiva dos indicadores educacionais no Brasil e o fortalecimento do engajamento das redes de ensino em torno do IDEB, com a adoção de estratégias como simulados, aulas e ações de mobilização da comunidade escolar. Nesse contexto, o município de Timon (MA) destaca-se por sua trajetória ascendente entre 2007 e 2023, alcançando em 2023 a primeira colocação no ranking estadual e consolidando-se como referência em desempenho educacional no Maranhão.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do IDEB no município de Timon entre 2007 e 2023, evidenciando a trajetória ascendente tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do INEP

Os dados evidenciam que os melhores desempenhos concentram-se nos anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto os anos finais e o Ensino Médio permanecem como desafios, conforme apontam estudos nacionais e internacionais (IDEB e PISA). A análise longitudinal, entretanto, revela avanços expressivos a partir de 2011, resultado que pode ser atribuído, em parte, à gestão educacional local. O caso de Timon (MA) é exemplar: em 2023, o município consolidou trajetória consistente de melhoria, favorecida pela continuidade administrativa, uma vez que a prefeita em exercício havia ocupado anteriormente o cargo de secretária municipal de Educação. Essa permanência de gestores e políticas contribuiu para maior estabilidade institucional, coerência entre metas e estratégias e monitoramento eficaz, fatores que parecem ter potencializado os resultados educacionais. Metas projetadas

| Anos | Anos iniciais | Anos finais |
|------|---------------|-------------|
| 2007 | 3,4 | 2,8 |
| 2009 | 3,7 | 3,0 |
| 2011 | 4,1 | 3,3 |
| 2013 | 4,4 | 3,7 |
| 2015 | 4,7 | 4,0 |
| 2017 | 5,0 | 4,3 |
| 2019 | 5,3 | 4,6 |
| 2021 | 5,6 | 4,8 |
| 2023 | 5,6 | 4,8 |

Fonte: INEP, elaborado pela autora

Nesse cenário, destaca-se a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que propõe a elevação da qualidade da educação básica por meio da melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Entretanto, apesar de seus parâmetros — alcançar IDEB de 6,0 nos anos iniciais, 5,5 nos anos finais e 5,2 no Ensino Médio —, os resultados mais recentes demonstram que tais objetivos permanecem distantes da realidade. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação tem reiterado a dificuldade de cumprimento da Meta 7, ressaltando a importância de retomar o compromisso com suas 36 estratégias estruturantes, que incluem transporte escolar, conectividade, infraestrutura adequada e formação continuada de professores. A insuficiência dessas condições materiais nas redes de ensino tem dificultado sua efetivação, agravando desigualdades educacionais já existentes.

Assim, o encerramento do prazo original das metas do IDEB constitui, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2023), uma oportunidade estratégica para a revisão das políticas educacionais, de modo a corrigir falhas do passado e fortalecer as condições necessárias para a democratização da qualidade do ensino no país.

Segundo a entidade,

“a retomada no cumprimento do Plano é um ótimo caminho para tal. Com o fim do prazo das metas originalmente estipuladas para o Ideb, abre-se uma oportunidade de corrigir erros do passado e finalmente viabilizar o Sinaeb previsto pelo Plano, ao invés de limitar o passo a um ‘novo Ideb’.”(CNDE,2023)

A análise sugere que, em vez de apenas reformular indicadores antigos, o Brasil deve avançar na implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), conforme previsto no PNE, promovendo uma avaliação mais ampla, participativa e contextualizada da qualidade da educação pública. Essa perspectiva está alinhada às críticas de Tolentino Neto (2023), que adverte sobre os limites de uma leitura puramente estatística dos indicadores educacionais. Segundo o autor, avanços sustentáveis dependem de medidas estruturantes, como a valorização da carreira docente, a redução do número de alunos por sala, a qualificação dos ambientes escolares — incluindo bibliotecas e laboratórios — e o incremento dos investimentos públicos em educação.

Tolentino Neto (2023) ressalta ainda que tais medidas não têm sido implementadas de forma sistemática pelos entes federativos, o que restringe o alcance e a permanência dos resultados positivos observados em experiências pontuais, como a de Timon. Dessa forma, os dados analisados não apenas evidenciam os acertos da gestão educacional local, mas também indicam a necessidade de políticas nacionais mais robustas e duradouras, capazes de assegurar equidade e qualidade na educação básica brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados do PISA e do IDEB evidencia o papel central das avaliações externas na formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências. Tais instrumentos orientam os sistemas de ensino por meio da definição de metas e indicadores, promovendo uma cultura de responsabilização (accountability).

O caso do município de Timon demonstra que, mesmo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, é possível alcançar avanços significativos na educação. Esse desempenho decorre da implementação de políticas públicas consistentes, incluindo a valorização do magistério, a formação continuada de professores, o fortalecimento da gestão escolar, o monitoramento sistemático da aprendizagem e o engajamento da comunidade.

Por fim, o estudo reforça a necessidade de manutenção e ampliação de investimentos em áreas estruturantes da educação, como formação docente, infraestrutura escolar, condições de trabalho e financiamento público equitativo. Tais fatores são determinantes para consolidar os avanços obtidos e assegurar aprendizagem de qualidade a todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o acompanhamento das metas do IDEB e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: histórico e metodologia**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/ideb>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRANCKART.; DAUNAY, B. **Pode-se levar a sério o PISA?** O tratamento do texto literário em uma avaliação internacional. São Paulo: Mercado de Letras, 2018.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanco do Plano Nacional de Educação (PNE)**: segundo balanço da Campanha Nacional *pelo Direito à Educação*. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2023.

DA SILVA, Rosemeire Terezinha; DOS SANTOS, Solange Xavier. Matemática: um desafio para a Educação Básica conforme demonstrado nos resultados das avaliações externas no Brasil e no estado de Goiás. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 11, n. 6, p. 481-496, 2020.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; JORGE, Tiago. OCDE, PISA e avaliação em larga escala no Brasil: algumas implicações. **Sisyphus—Journal of Education**, v. 8, n. 1, p. 10-27, 2020..

OCDE. **Relatórios do PISA 2022: resultados principais**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; DUARTE, Adriana Aparecida. **A Nova Gestão Pública e a educação: entre a eficiência e a qualidade**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 31, n. 2, p. 299-318, maio/ago. 2015.

OLIVEIRA, Ronilda Rodrigues da Silva; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; ARAÚJO, Jamine Barros Oliveira. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: contexto de influência na construção do IDEB. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 423–434, 2024. DOI: 10.36732/riep.v6i3.551 Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/551>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ROCHA, Cristina Nunes; NOVAES, Ana Maria Pires; AVELAR, Kátia Eliane Santos. ANÁLISE DO DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA BASEADA NOS INDICADORES OFICIAIS PISA E IDEB. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 71-92, nov. 2020. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/LexCult/article/view/472>>. Acesso em: 06 jun. 2025. doi: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v4n3p71-92>.

TRAVITZKI, Rodrigo. Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 28, p. 500–520, 2020

TEODORO, António. O PISA e as limitações e riscos de um programa de governação global da OCDE. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 56, p. 4564, 2022.

TOLENTINO-NETO, L. C. B. de & AMESTOY, M. B. (Organizadores). (2023). *Avaliações externas na Educação Básica: contextos, políticas e desafios*. São Paulo: Cortez Editora.

